

			275	

Mobilização reivindica terras para os pataxós

ITABUNA (Da Sucursal Sul da Bahia)

- A campanha internacional para legalização das terras dos pataxós, que pleiteiam uma área de 54.100 hectares no sul da Bahia, foi lançada na sede da Central Nacional dos Produtores de Cacau (CNPC), com apoio do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Fase e outras entidades ligadas ao movimento Fome pela Terra, Trabalho e Cidadania.

O representante do Cimi, Antônio Eduardo Cerqueira Oliveira, apresentou um relato sobre a situação dos pataxós Hã-hã-hã, que ocupam, atualmente, uma área de 2,8 mil hectares e pleiteiam a demarcação de 54.100 hectares, destacando a expectativa dos indígenas com a legalização das terras.

Ele informou que em função do litígio entre índios e fazendeiros pela posse da terra a situação na área ainda é de tensão. "A Funai tem sido, de certa forma, displicente com relação aos problemas dos pataxós, mas a situação vem mudando e há interesse da presidência daquele organismo em encontrar uma solução negociada para o impasse. Um agricultor já foi indenizado e estão sendo negociadas outras quatro propriedades", informou.

Da solenidade participaram 12 índios pataxós liderados pelo cacique Gérson Pataxó, que também apresentou um relato da situação em Pau Brasil, Itaju e Camacan, onde, nos últimos 16 anos, 14 índios foram mor-



Um grupo de indígenas esteve na CNPC para o lançamento da mobilização internacional

tos e outros oito feridos à bala. Defendeu, também, a demarcação da reserva - um processo que considera lento e que deve ser acelerado com a mobilização nacional. Os indígenas também participaram de um *toré*, no saguão da CNPC e assistiram à exibição de um vídeo de 18 minutos de duração, produzido pelo Cimi, com o tema *Os 500 Anos do Brasil: Movimento de Resistência*, mostrando a realidade dos povos indígenas no

Brasil, além de denunciarem a esterilização de suas mulheres.

Também foi elaborado um abaixo-assinado para coleta de assinaturas em todo o país e que será encaminhado ao presidente do Supremo Tribunal Federal, Carlos Veloso, onde se destaca: "Tendo em vista os cinco séculos de agressão física e cultural dos povos indígenas, de expropriação dos seus territórios e de negação dos seus direitos, consideramos essencial que o go-

verno brasileiro proceda, imediatamente, a regularização de todas as terras indígenas".

Denuncia, também, "as violências brutais sofridas ainda hoje pelo povo Pataxó Hã-hã-hã no sul da Bahia que são símbolo maior desta história secular de injustiças ainda não superadas". E lembra que encontra-se no STF a ação originária de nulidade dos títulos imobiliários desde 82, aguardando apenas o julgamento dos ministros.